
STRATHERN, Marilyn. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013. 160 p.

Vinicius Kauê Ferreira*

Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Se há algo que os antropólogos podem aprender com certa história da antropologia – especialmente aquela que pouco aparece nos autos da disciplina –, é que temos prestado pouca atenção a certos pressupostos da própria disciplina quando nos dedicamos à sua história. Não há dúvidas de que temos muito a aprender com os historiadores também – e provavelmente haveria até mesmo certa urgência nessa tarefa –, mas deveríamos ser capazes de entrever com maior frequência o que de especial a antropologia poderia clamar na redação de uma narrativa sobre si mesma; algo que deveria ser ligeira e criativamente diferente daquelas narrativas históricas formuladas pela disciplina história, por exemplo.

De algum modo, essa é a tarefa avançada por Marilyn Strathern em seu *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*, refletindo sobre como a antropologia tem escrito sua história até os anos 1980. O texto é relativamente antigo, datando de 1986, e se constitui numa conferência apresentada na Universidade de Liverpool, Inglaterra. Apesar de estar publicada há muito tempo na revista *Current Anthropology* (Strathern, 1987), a comunicação foi apenas recentemente traduzida para o português numa excelente iniciativa de jovens pesquisadores brasileiros em formação doutoral, Tatiana Lotierzo e Luis Felipe Kojima Hirano.

Ao retomar a obra de Sir James Frazer, e sua relação com a obra de Malinowski, a antropóloga oferece uma magistral reflexão sobre a complexidade do pensamento antropológico e sobre os desafios para a escrita de sua história. Contudo, mais que uma palestra ampliada, o livro adota um formato bastante atípico. Dando seguimento ao texto de cerca de 50 páginas no qual

* Pesquisador associado ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades. Contato: vinikaue@gmail.com.

a autora desenvolve seu argumento, encontramos oito contribuições de diferentes autores, que analisam criticamente a reflexão de Strathern. Esses comentários, evidentemente, são acompanhados de uma réplica da autora, que responde sucinta, mas densamente, a seus interlocutores. Além desse vivo debate, constituindo a publicação original, é preciso dizer que o livro conta com uma breve apresentação preparada pelos tradutores, um prefácio à edição brasileira redigido por Strathern e finalmente um interessante posfácio assinado por Renato Sztutman.

Se as divagações sobre Frazer e Malinowski atravessam todo o texto, a reflexão sobre a história da antropologia pode ser vista como um mote para outros debates ou, para utilizar um termo stratherniano, um mote para tecer *relações* entre diferentes debates. Nesse sentido, um segundo eixo de reflexão da obra é o posicionamento da autora em relação à emergente crítica pós-moderna. É preciso lembrar que, em 1986, essas ideias “estavam no ar”, como diz ela própria, e que *Writting culture* (Clifford; Marcus, 1986), aquela que viria a ser considerada a *masterpiece* da literatura pós-moderna, seria publicada apenas alguns meses após o proferimento de sua palestra. É nesse contexto que Strathern resolve voltar a Frazer, para tentar compreender como a literatura “moderna/ista” – aquela da geração de Malinowski, Seligman e Haddon – tornou o texto de Frazer “ilegível” para as gerações seguintes e como, subsequentemente, a literatura “pós-moderna/ista” resgatou a legibilidade do texto frazeriano – para borrar, por consequência, a leitura do texto de Malinowski.

O título da obra é muito judicioso, expressando perfeitamente as reflexões desenvolvidas no seu texto. A expressão “fora de contexto” é de pronto uma boa provocação para uma obra sobre a história da antropologia. Strathern está preocupada aqui com o contexto num sentido muito amplo: seja o modo como contextos são mobilizados na análise de dados textuais e etnográficos por parte do autor no momento da escrita, seja o contexto de produção e projeção momentânea de uma obra, ou seja como o contexto de produção de uma obra é (ou não) devidamente relevado em sua apropriação por gerações posteriores. Contudo, mais que isso, Strathern aprofunda seu pensamento mergulhando na teia de *relações* entre essas camadas de contextos. Dito de outro modo, a autora esquadrinha relações entre essas distintas faces dos contextos, criando um texto complexo que interliga diferentes possibilidades de uso dessa categoria.

Para Strathern, o êxito do *estilo* de texto etnográfico da antropologia funcionalista teria alimentado a noção de que a geração de Frazer “tirava

do contexto” os povos estudados. Assim, aquela antropologia associada a Malinowski teria repensado os termos do texto antropológico ao dar maior importância ao contexto das práticas culturais. Avançando seu raciocínio, a pesquisadora se coloca a questão sobre o contexto que permitiu a Frazer fazer um sucesso tão estrondoso junto ao grande público, para em seguida ser esquecido frente ao sucesso de Malinowski no interior da comunidade antropológica. Para a antropóloga britânica, a resposta estaria no papel de mediação que cada autor tomou para si entre povos ex-óticos e o público receptor de suas obras. Tratar-se-ia, portanto, de certo jogo entre contextos: entre aquele do povo *sobre o qual* se fala e aquele do povo *ao qual* se fala. A cada autor, e época, uma diferente relação entre esses dois níveis de contextos. A inquietação de Strathern gira, portanto, em torno do modo como agenciamos níveis de contextos na escrita antropológica.

É assim que chegamos ao subtítulo de sua obra, “as ficções persuasivas da antropologia”. A cada época, um estilo faz-se valer; um contexto social e científico determina como contextos devem ser inter-relacionados na escrita sobre o Outro. Para aquela geração “moderna”, a geração pré-moderna era não apenas pouco precisa no trabalho de “contextualização”, mas também “excessivamente literária”. A antropologia moderna aspira a inscrever-se no método empírico de ciência, a adotar um novo *estilo*. Nessa transição, a tríade observado/observador/leitor sofre mudanças profundas, exigindo novos estilos de escrita. A respeito da escrita etnográfica, ela afirma:

Preparar uma descrição requer estratégias literárias específicas, a construção de uma ficção persuasiva: uma monografia precisa estar arranjada de tal maneira que possa expressar novas composições de ideias. Essa se torna uma questão sobre sua própria composição interna, a organização da análise, a sequência pela qual o leitor é introduzido a conceitos, o modo como as categorias são justapostas ou os dualismos são invertidos. Dessa forma, quando o escritor escolhe (digamos) estilo “científico” ou “literário”, ele assinala o tipo de ficção que faz; não se pode fazer a escolha de evitar completamente a ficção. (p. 45).

Nesse quadro, o desejo literário e persuasivo é inerente à produção de todo texto. O texto etnográfico é literário porque busca certo *efeito* sobre o leitor, e essa noção de efeito – e *eficácia* – são importantes ao longo de seu trabalho. De pronto, essas afirmações podem soar como um alinhamento claro às ideias pós-modernistas, que “estão no ar” na academia estadunidense dos

anos 1980; mas sua aproximação dessa literatura não se dá sem duras críticas a pontos essenciais do movimento. A seu ver, se o texto busca um certo efeito, ele não deve jamais ser submetido a distorções visando a produção de efeitos particulares. Se é verdade, por um lado, que a antropologia, em última instância, media contextos no trabalho de transmissão de conceitos outros através de conceitos próprios – e eis um dos fantasmas da antropologia contemporânea –, é verdade também que não caberia à antropologia “jogar com os contextos”. E daí decorre sua crítica à literatura pós-moderna.

Se os pós-modernos, num afã revisionista, recuperam os pré-modernos para destronar os modernos, Strathern opõe-se ao *que* se busca “recuperar” nesses autores. A parte final de seu texto é uma leitura bastante lúcida e refinada sobre a vaga textualista que se consolida sob o título de pós-modernismo, caracterizando o movimento através de traços que já conhecemos muito bem. Em suma, a autora vê uma nova mudança de *estilo* de escrita, diferente daquela escrita monográfica estruturada em torno da organização social da aldeia ex-ótica. Ela rebate a ideia de que a literatura pós-moderna recuperaria e valorizaria a ironia e o borramento de contextos, que supostamente marcariam textos como os de Frazer. Para ela, a sutil ironia que poderíamos encontrar nos evolucionistas não passaria, na literatura contemporânea, de um tipo de *pastiche* – e não de ironia – e do jogo sem regras com os contextos – e não do seu borramento.

Suas ideias são encerradas por um retorno ao caráter mais concreto da produção da teoria antropológica. Um textualismo fundado na pura autorrepresentação, ou representação da representação, e a atribuição de jogos literários a autores do passado seria, a seus olhos, o novo etnocentrismo. Se a crítica à autoridade etnográfica e a padrões modernistas de escrita seriam a contribuição pós-moderna ao debate sobre etnocentrismo, Strathern recorre à diversidade da reflexão feminista para lembrar que multivocalidade, transdisciplinaridade, reciprocidade entre pesquisador e pesquisados e a pluralidade metodológica implicam engajamento profundo e qualificado com aqueles sujeitos sobre (e com) os quais falamos. Strathern nos lembra que “as ideias não podem, afinal, divorciar-se de relacionamentos” (p. 85).

Como já dito, o texto principal é seguido dos comentários de antropólogas e antropólogos estadunidenses e britânicos renomados, como M. R. Crick, Richard Fardon, Elvin Hatch, I. C. Jarvie, Rik Pinxten, Paul Rabinow, Elizabeth Tonkin, Stephen A. Tyler e George Marcus. Esse panorama comporta tanto autores inscritos na literatura pós-moderna quanto aqueles que optam

por uma sociologia da ciência mais clássica. Os comentários tecidos nessa seção são extremamente interessantes por tornar explícita a complexidade do pensamento de Strathern, na medida em que a sua posição como pesquisadora permanece bastante ambivalente: há críticas contra Strathern partindo dos dois lados dessa sorte de *continuum* epistemológico. I. C. Jarvie, mais atrelado a concepções como “verdade”, chega a desqualificar a ficção persuasiva de Strathern, adotando um tom bastante ácido. Ainda, Stephen Tyler e George Marcus questionam a noção de contexto de Strathern e sua capacidade de tomar consciência sobre o estilo de sua própria escrita.

De fato, a ambivalência constitui o texto de Strathern, e o leitor pergunta-se a todo tempo se a antropóloga identifica-se com a literatura pós-moderna. Entre um título que claramente flerta com os pressupostos mais conhecidos da corrente e uma dura crítica à falta de consciência política dessa última, cabe ao leitor compreender que Strathern constrói uma posição própria, intersticial entre ambas. É como se tentasse extrair o que fosse necessário da crítica emergente dos anos 1980, sem perder, contudo, a capacidade de colocar essa corrente em perspectiva com outras do mesmo período, como os feminismos e os estudos pós-coloniais. Suas noções de texto e de ficção são essencialmente produtivas, e isso se expressa em outros trabalhos, como nos lembra Renato Sztutman no seu posfácio, numa bela contextualização da obra da autora.

Por fim, vale sublinhar que, apesar de o texto ser relativamente antigo, ele não é de modo algum ultrapassado. A leitura da obra não se parece com um retorno fastidioso ao debate já exaurido e improdutivo sobre a literatura pós-moderna. Assemelha-se antes a um exercício necessário de revisão desse debate para um balanço entre o que pereceu e o que ficou entre nós. Sem falar, é claro, de um ensinamento pouco explorado sobre a história da antropologia que ainda nos é necessária.

Referências

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. (Ed.). *Writing culture*. Berkeley: University of California Press, 1986.

STRATHERN, M. Out of context: the persuasive fictions of anthropology [and comments and reply]. *Current Anthropology*, Chicago, v. 28, n. 3, p. 251-281, June 1987.